



Estado de Alagoas  
Assembleia Legislativa Estadual  
Gabinete do Deputado Lelo Maia

Assembleia Legislativa de Alagoas



PROTOCOLO GERAL 2361/2024  
Data: 10/10/2024 - Horário: 15:32  
Legislativo

PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_ / DE 09 DE OUTUBRO DE 2024

*DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA  
POLÍTICA ESTADUAL DO  
APADRINHAMENTO AFETIVO DE  
CRIANÇAS E ADOLESCENTES.*

**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS, DECRETA:**

**Art. 1.** Esta lei institui o **Programa de Apadrinhamento Afetivo nos Finais de Semana** no Estado de Alagoas, destinado a proporcionar a convivência familiar e comunitária para crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional, através da aproximação com padrinhos e madrinhas afetivos.

**Art. 2.** O apadrinhamento afetivo é uma ação voluntária que visa oferecer convívio afetivo as crianças e adolescentes que estejam sob medidas de proteção em instituições de acolhimento, e que estejam aptos a participar do programa, nos termos da lei.

**Art. 3.** O programa tem como objetivos:

- I – proporcionar convivência familiar e comunitária para crianças e adolescentes acolhidos;
- II – contribuir para o desenvolvimento afetivo e social dos participantes;
- III – estimular a construção de vínculos afetivos que fortaleçam o sentimento de pertencimento;



Estado de Alagoas  
Assembleia Legislativa Estadual  
**Gabinete do Deputado Lelo Maia**

IV – aumentar a possibilidade de reintegração familiar ou adoção, conforme o caso.

**Art. 4.** Poderão ser apadrinhados afetivamente crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional, com idade igual ou superior a 8 (oito) anos, e que:

- I – não estejam em processo de adoção;
- II – não possuam perspectiva de reintegração familiar a curto prazo;
- III – manifestem interesse em participar deste programa.

**Art. 5.** São requisitos para os padrinhos e madrinhas afetivos:

- I – ser maior de 25 (vinte e cinco) anos;
- II – ser residente no Estado de Alagoas;
- III – não estar inscrito no cadastro de adoção;
- IV – possuir disponibilidade para conviver com a criança ou adolescente nos sábados, domingos e feriados;
- V – apresentar certidões negativas criminais;
- VI – participar de capacitações oferecidas pelo programa.

**Art. 6.** O processo de seleção e acompanhamento dos padrinhos e madrinhas afetivos será realizado por equipe técnica das entidades de acolhimento e será constituído das seguintes etapas:

- I – inscrição e análise documental;
- II – entrevistas e visitas domiciliares para avaliação psicossocial;



Estado de Alagoas  
Assembleia Legislativa Estadual  
**Gabinete do Deputado Lelo Maia**

III – capacitação obrigatória sobre os direitos da criança e do adolescente e aspectos do apadrinhamento;

IV – avaliação contínua do relacionamento entre padrinho e madrinha, e afilhado.

**Art. 7.** O convívio familiar entre padrinhos e madrinhas, e afilhados ocorrerá preferencialmente nos sábados, domingos e feriados, sendo previamente autorizado pela equipe técnica da instituição de acolhimento e supervisionado de forma periódica.

**Art. 8.** O apadrinhamento afetivo não gera vínculo jurídico de guarda, tutela ou adoção, mantendo-se a responsabilidade legal da instituição de acolhimento e da família de origem, quando existente.

**Art. 9.** Esta lei estabelece as finalidades desta Política Pública, de forma que o Poder Executivo poderá regulamentar a presente lei e estabelecer os critérios para sua implementação.

**Art. 10.** O programa será executado em parceria com o Poder Judiciário, Ministério Público Estadual, Conselhos Tutelares, entidades de acolhimento e organizações da sociedade civil, visando garantir a proteção e o bem-estar das crianças e adolescentes.

**Art. 11.** Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias, estabelecendo as normas complementares necessárias à sua execução.

**Art. 12.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Assinatura manuscrita em tinta preta, localizada no canto inferior direito da página.



Estado de Alagoas  
Assembleia Legislativa Estadual  
**Gabinete do Deputado Lelo Maia**

SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE ALAGOAS, em  
Maceió, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

Lelo Maia  
Deputado Estadual





Estado de Alagoas  
Assembleia Legislativa Estadual  
**Gabinete do Deputado Lelo Maia**

**JUSTIFICATIVA**

A proposição legislativa tem como objetivo instituir a Política Estadual do Apadrinhamento Afetivo de Crianças e Adolescentes, devido a existência de um expressivo e significativo número de crianças e adolescentes que estão totalmente desprovidos e desamparados de afeto familiar e social. Os problemas advindos do abandono ou rejeição de seus genitores são absorvidos unicamente pelo Poder Público e pessoas que se dedicam à causa.

Grande parte deste público infantojuvenil, devido aos fatores elencados anteriormente acabam por não frequentarem a escola, deixando de ter orientação educacional e formação cidadã de boa índole, seguindo pelo caminho das drogas ilícitas e crimes diversos.

Tal iniciativa tem por objetivo desenvolver estratégias e criação de ações que estimulem a manutenção destes vínculos afetivos entre estes menores e seus “padrinhos” ou “madrinhas” voluntários, onde esses abrigos ou orfanatos se tornam ambientes de permanência por longos períodos, mantendo estas crianças e adolescentes afastados do convívio familiar e social, apesar do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA - descrevê-los como ambientes institucionais excepcionais e transitórios.

A ausência destes fatores nessas crianças e adolescentes podem trazer os sentimentos de abandono, solidão, dificuldade de socialização, baixo rendimento escolar e baixa autoestima, agressividade, dentre outros.



Estado de Alagoas  
Assembleia Legislativa Estadual  
**Gabinete do Deputado Lelo Maia**

A adoção destas medidas contribuirá significativamente para que a presente Política Estadual do Apadrinhamento Afetivo seja elaborada, trazendo e unindo as responsabilidades da família, da sociedade e do Estado no tocante ao acolhimento, proteção e cuidado com este público infantojuvenil visando a captação e mobilização destes voluntários em serem padrinhos ou madrinhas afetivos destes menores institucionalizados, tudo sob a chancela do Estado.

Por tais razões, conclamo aos nobres pares que compõem a Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas para análise da referida proposição.

**SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE  
ALAGOAS**, em Maceió, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

  
**Lelo Maia**  
**Deputado Estadual**